

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

ATA Nº PMC/037/2013

Partes: Município de Congonhas X Lok Pirâmide Ltda – EPP. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação, montagem, manutenção e desmontagem de grades modulares, barricadas e fechamento alto, para atender a Prefeitura de Congonhas em eventos culturais e/ou inaugurações de obras públicas, prazo de vigência de 12 meses. Valor: R\$170.980,00. Data: 12/07/2013.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

ATA Nº PMC/038/2013

Partes: Município de Congonhas X Lok Pirâmide Ltda – EPP. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação, montagem e desmontagem de tendas 10x10 e 6x6 metros com cessão de mão-de-obra, para atender a Prefeitura de Congonhas em eventos culturais, institucionais e de utilidade pública, prazo de vigência de 12 meses. Valor: R\$159.000,00. Data: 12/07/2013.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

ATA Nº PMC/039/2013

Partes: Município de Congonhas X Graco Som Ltda – EPP. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação, montagem, manutenção e desmontagem de praticáveis pantográficos ou telescópicos, para atender a Prefeitura de Congonhas em eventos culturais e /ou inaugurações de obras públicas, prazo de vigência de 12 meses. Valor: R\$40.950,00. Data: 12/07/2013.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

CONCORRÊNCIA Nº PMC/011/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial de caráter preventivo e corretivo, com cobertura de risco, nas unidades pertencentes à Prefeitura de Congonhas-MG, objetivando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Obras. Critério: Menor Preço global. Entrega dos envelopes: Dia: 22/08/2013 às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia: 22/08/2013 às 9:05 horas. Endereço: Praça Presidente Kubitschek nº 135, Centro, Congonhas - MG. Maiores informações pelo telefone: (031) 3731-1300, ramais: 1119 , 1139, 1137 e 1156, ou pelo site www.congonhas.mg.gov.br. Gabriel Afonso Cordeiro Santana – Presidente da CPJL.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2013. PREGÃO Nº 012/2013

Objeto: aquisição de material de escritório para consumo da Câmara Municipal de Congonhas. Contratada: JOÃO CARLOS DE AZEVEDO GROSSI (nome de fantasia: CENTRAL DISTRIBUIDORA), sediada à Rua Caxambú, nº 364, Bairro São Luiz, Pará de Minas/MG, CEP 35.661-200, inscrita no CNPJ nº 12.163.117/0001-75. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM. O valor total deste instrumento é de R\$2.525,81 (dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos). Vigência: 10/07/2013 à 31/12/2013. Congonhas, 19 de julho de 2013. Adivar Geraldo Barbosa. Presidente da Câmara Municipal de Congonhas.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2013. PREGÃO Nº 011/2013

Objeto: aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para consumo da Câmara Municipal de Congonhas. Contratada: LYRON INFORMÁTICA LTDA, sediada à Rua Martins de Carvalho, nº 671, loja 08, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-090, inscrita no CNPJ nº 15.427.657/0001-07. Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM. O valor total deste instrumento é de R\$5.020,10 (cinco mil e vinte reais e dez centavos). Vigência: 15/07/2013 à 31/12/2013. Congonhas, 20 de julho de 2013. Adivar Geraldo Barbosa. Presidente da Câmara Municipal de Congonhas.

**ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS**

DECRETO N.º 5.818, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terrenos que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que confere o art. 31, inciso I, alínea "d", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO documentação constante do Processo Administrativo n.º PMC/12251/06, Volume 2;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 25, inciso III da Lei nº 2.621/06, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Congonhas e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, em caráter de urgência, áreas de terrenos no município de Congonhas/MG, conforme memoriais descritivos abaixo transcritos:

"MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação da Avenida Binário e adequação da Rua São Jorge - Congonhas/MG

Proprietário – Tarcísio Carneiro da Cruz (área -01)

Confrontantes – Frente – Avenida Binário

Direito – Tarcísio Carneiro da Cruz (área-02)

Esquerdo – Mirtiz Reina Pereira

Fundos – Mário Francisco Pereira

Área do Imóvel – 359,474m²

Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 11,872 m²

Área remanescente: 347,602 m²

Partindo do ponto 1, localizado no bordo direito da Avenida Binário próximo da divisa com Tarcísio Carneiro da Cruz área-02; Daí segue por 14,66 metros até o ponto 2; Daí deflete a direita 85°23'14" e segue por 1,81 metros até o ponto 3 confrontando a esquerda com o mesmo bordo da referida Avenida; Daí deflete a direita 102°34'03" e segue por 14,82 metros até o ponto 1, ponto inicial desta descrição, confrontando a esquerda com área remanescente de Tarcísio Carneiro da Cruz; Daí inflete a direita 7°55'34" fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

"MEMORIAL DESCRITIVO

"Desapropriação para implantação da Avenida Binário e adequação da Rua São Jorge - Congonhas/MG

Proprietário – Tarcísio Carneiro da Cruz (área -02)

Confrontantes – Frente – Avenida Binário e Rua São Jorge

Direito – Marcelo Rodrigues dos Santos e Iolanda...

Esquerdo – Tarcísio Carneiro da Cruz (área -01)

Fundos – Mário Francisco Pereira

Área do Imóvel – 872,268m²

Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 59,084 m²

Área remanescente: 813,184 m²

Partindo do ponto 1, localizado no entroncamento da Avenida Binário com a Rua São Jorge e divisa com o terreno de Marcelo Rodrigues Santos; Daí segue por 26,43 metros até o ponto 2, localizado no bordo direito da Avenida Binário e terreno de Tarcísio Carneiro da Cruz área-01; aí deflete a direita 164°17'17" e segue por 6,71 metros confrontando a esquerda com área remanescente de Tarcísio Carneiro da Cruz área-02 até o ponto 2; Daí deflete a direita 5°57'44" e segue por 4,43 metros até o ponto 4, confrontando com a mesma área remanescente; Daí deflete a direita 8°33'25" e segue por 15,20 metros até o ponto 5, confrontando a esquerda com a mesma área remanescente; Daí deflete a direita 83°40'43" e segue por 3,03 metros até o ponto 1, ponto inicial desta descrição, confrontando a esquerda com terreno de Marcelo Rodrigues dos Santos; Daí deflete a direita 81°54'18", fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

"MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação da Avenida Binário - Congonhas/MG

Proprietário – Maria Luzia Fernandes

Confrontantes – Frente – Avenida Binário

Direito – João Alves Siqueira

Esquerdo – Francisco Dias Pereira

Área do Imóvel – 3.373,62m²
Área a desapropriada (SEM EDIFICAÇÃO) – 1.702,49 m²
Área remanescente: 1.671,13 m²

Partindo do ponto 1, localizado no bordo direito da Avenida Binário e divisa com o terreno de João Alves Siqueira; Daí segue pelo mesmo bordo da referida Avenida com as seguintes distâncias e deflexões; 7,26 metros até o ponto 2; Deflete para esquerda 0°32'6" e segue por 8,63 metros até o ponto 3; Daí deflete para a esquerda 4°01'56" e segue por 11,17 metros até o ponto 4; Daí deflete para a direita 2°24'51" e segue por 10,17 metros até o ponto 5; Daí deflete para a direita 20°13'29" e segue por 8,20 metros até o ponto 6; Daí deflete para a direita 26°12'36" e segue por 7,38 metros até o ponto 7; Daí deflete para a direita 6°11'09" e segue por 8,19 metros até o ponto 8; Daí deflete para a esquerda 3°44'55" e segue por 9,93 metros até o ponto 9; Daí deflete para a direita 4°24'55" e segue por 6,29 metros até o ponto 10; Daí deflete para a direita 71°11'31", saindo do bordo da Avenida Binário e passando a confrontar a esquerda com o terreno de Francisco Dias Pereira, e segue por 10,04 metros até o ponto 11; Daí deflete para a direita 28°57'09" e segue por 7,40 metros até o ponto 12; Daí deflete a esquerda 3°58'17" e segue por 8,36 metros até o ponto 13; Daí deflete a esquerda 13°28'56" e segue por 4,54 metros até o ponto 14, confrontando ainda a esquerda com Francisco Dias Pereira; Daí deflete a direita 25°28'40" e segue por 7,33 metros até o ponto 15; Daí deflete para a direita 12°55'23" e segue por 9,44 metros até o ponto 16, confrontando a esquerda com a mesma propriedade de Francisco Dias Pereira; Daí deflete a esquerda 6°57'53" e segue por 5,58 metros até o ponto 17; Daí deflete para a direita 81°18'14" e segue por 6,50 metros até o ponto 18; Daí deflete para a esquerda 107°43'36" e segue por 28,64 metros até o ponto 19, confrontando a esquerda também com o terreno de Francisco Dias Pereira; Daí deflete a direita 13°18'39" e segue por 18,25 metros até o ponto 20, confrontando a esquerda com Francisco Dias Pereira; Daí deflete para a esquerda 90°29'13" e segue por 0,59 metro até o ponto 21, confrontando com o terreno de João Alves Siqueira. Daí deflete a direita 31°07'50" e segue por 8,16 metros até o ponto 22; Daí deflete a direita 4°11'51" e segue por 18,31 metros até o ponto 23, confrontando ainda com o terreno de João Alves Siqueira; Daí deflete para a direita 18°53'26" e segue por 15,88 metros até o ponto 24, com a mesma confrontação a esquerda do último seguimento; Daí deflete a esquerda 3°32'35" e segue por 18,95 metros até o ponto 25; Daí deflete a esquerda 11°01'22" e segue por 8,66 metros até o ponto 26, confrontando a esquerda com o terreno de João Alves Siqueira; Daí deflete a esquerda 18°52'28" e segue por 3,56 metros até o ponto 1, ponto inicial desta descrição, confrontando a esquerda com a propriedade de João Alves Siqueira; Daí deflete para a direita 97°00'58", fechando o perímetro descrito neste memorial."

“MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação da Avenida Binário e adequação da Rua São Jorge - Congonhas/MG

Proprietário – Marcelo Rodrigues dos Santos

Confrontantes – Frente – Rua São Jorge

Direito – Tarcísio Carneiro da Cruz

Esquerdo – Iolanda

Área do Imóvel – 289,371m²
Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 24,506 m²
Área remanescente: 264,865 m²

Partindo do ponto 1, localizado no bordo direito do entroncamento da Avenida binário com a Rua São Jorge; Daí segue pelo mesmo bordo acima descrito por 6,29 metros até o ponto 2; Daí deflete para a direita 44°26'28" e segue por 9,71 metros até o ponto 3, confrontando a esquerda com o bordo direito da Avenida Binário; Daí deflete a direita 12°47'54" e segue por 3,40 metros até o ponto 4; confrontando a esquerda também com o mesmo bordo direito da referida Avenida; Daí deflete a direita 84°54'35" e segue por 3,03 metros até o ponto 5, confrontando a esquerda com terreno de Tarcísio Carneiro da Cruz; Daí deflete a direita 96°40'43" e segue por 7,99 metros até o ponto 6, confrontando a esquerda com a área remanescente de Marcelo Rodrigues dos Santos; Daí deflete a esquerda 15°27'02" e segue por 3,18 metros até o ponto 7, confrontando a esquerda com a mesma área remanescente acima citada; Daí deflete a esquerda 15°48'17" e segue por 3,56 metros até o ponto 8, com a mesma confrontação a esquerda, área remanescente; Daí deflete a esquerda 19°33'11" e segue por 3,35 metros até o ponto 1, início desta descrição, confrontando a esquerda com a mesma área remanescente de Marcelo Rodrigues dos Santos; Daí inflete para a esquerda 6°24'10", fechando o perímetro descrito neste memorial."

“MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação da Avenida Binário - Congonhas/MG

Proprietário – Michael Santiago Castro Tavares

Confrontantes – Frente – Avenida Binário

Direito – Edson Roberto da Silva

Esquerdo – Nilton Marinho

Fundos- Mário Francisco Pereira

Área do Imóvel – 381,34m²
Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 5,15 m²
Área remanescente: 376,19 m²

Partindo do ponto 1, localizado no bordo direito da Avenida Binário, aproximadamente no centro do lote com a casa n.º 444; Daí segue pelo mesmo bordo da referida Avenida por 8,98 metros até atingir o ponto 2; Daí deflete a direita 80°52'37" e segue por 1,16 metros, confrontando a esquerda com a propriedade de Nilton Marinho, até atingir o ponto 3; Daí deflete para a direita 106°15'18" e segue por 9,24 metros, confrontando e esquerda com o terreno remanescente do mesmo proprietário, até atingir o ponto 1, início desta descrição e consequentemente fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

“MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação de acesso para a Avenida Binário - Congonhas/MG

Proprietário – Francisco Dias Pereira

Confrontantes – Frente – Avenida Binário

Direito – Maria Luzia Fernandes

Esquerdo – Avenida Michael Pereira Souza

Fundos – Vicente Laci dos Santos

Área do Imóvel - 3.208,25 m²
Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 690,29 m²
Área remanescente – 2.517,96 m²

Partindo do ponto 1, localizado ao bordo da Avenida Binário com divisa de terreno de propriedade de Maria Luzia Fernandes; Daí com deflexão de 104°49'54'', em relação ao confrontante descrito acima; segue por 5,26 metros até o ponto 2, confrontando a esquerda com Avenida Binário; Daí deflete a direita 11°17'41'' e segue por 10,27 metros até o ponto 3, confrontando a esquerda com a mesma Avenida; Daí deflete a direita 9°03'59'' e segue por 13,40 metros até o ponto 4, com a mesma confrontação a esquerda; Daí deflete a direita 39°26'52'' e segue por 8,69 metros até o ponto 5, confrontando também a esquerda com a Avenida Binário; Daí deflete a direita 65°06'46'' e segue por 8,46 metros até o ponto 6, confrontando a esquerda com a Avenida Michael Pereira Souza; Daí deflete a direita 6°07'30'' e segue por 13,12 metros até o ponto 7, confrontando a esquerda com a mesma Avenida Michael Pereira Souza; Daí deflete a direita 76°16'57'' e segue por 3,81 metros até o ponto 8, confrontando a esquerda com a área remanescente de Francisco Dias Pereira; Daí deflete a esquerda 4°40'27'' e segue por 15,84 metros até o ponto 9, confrontando a esquerda com a mesma área remanescente acima citada; Daí deflete a direita 81°41'49'' e segue por 8,30 metros até o ponto 10, confrontando a esquerda com o terreno de Maria Luzia Fernandes; Daí deflete a direita 3°58'17'' e segue por 7,40 metros até o ponto 11, com a mesma confrontação; Daí deflete a esquerda 28°57'09'' e segue por 10,04 metros até o ponto 1, início dessa descrição, confrontando a esquerda com terreno de Maria Luzia Fernandes fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

"MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação de acesso para a Avenida Binário - Congonhas/MG
Proprietário – Francisco Dias Pereira
Confrontantes – Frente – Maria Luzia Fernandes
Direito – Maria Luzia Fernandes
Esquerdo – Área remanescente de Francisco Dias Pereira
Fundos – Maria Luiza Fernandes

Área do Imóvel - 3.208,25 m²
Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 247,49 m²

Partindo do ponto 1, localizado no lado direito do terreno de propriedade do sr. Francisco Dias Pereira com a divisa de terreno de Propriedade de Maria Luiza Fernandes; Daí com deflexão de 93°04'38'', em relação ao confrontante descrito acima; Daí segue por 7,87 metros até o ponto 2, com a mesma confrontação deflete a direita 2°33'34'' e segue por 10,38 metros até o ponto 3; Daí deflete a esquerda 14°36'39'' e segue por 11,94 metros até o ponto 4, com a mesma confrontação; Daí deflete a direita 0°28'58'' e segue por 10,46 metros até o ponto 5, com a mesma confrontação; Daí deflete a direita 2°48'40'' e segue por 6,31 metros até o ponto 6; Daí deflete a direita 105°44'3'' e segue por 6,50 metros até o ponto 7, com a mesma confrontação; Daí deflete a direita 69°35'13'' e segue por 6,08 metros até o ponto 8, confrontando a esquerda com área remanescente de Francisco Dias Pereira; Daí deflete a direita 7°16'20'' e segue por 9,83 metros até o ponto 9, com a mesma confrontação; Daí deflete a direita 4°1'23'' e segue por 9,40 metros até o ponto 10, com mesma confrontação; Daí deflete a direita 2°11'47'' e segue por 10,76 metros até o ponto 11, com a mesma confrontação; Daí deflete a esquerda 8°28'43'' e segue por 9,67 metros até o ponto 12; Daí deflete a direita 96°18'43'' e segue por 6,10 metros até o ponto 1, início desta descrição confrontando a esquerda com terreno de Maria Luzia Fernandes fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

"MEMORIAL DESCRITIVO

Desapropriação para implantação de acesso para a Avenida Binário - Congonhas/MG
Proprietário – Geraldo Alves de Castro
Confrontantes – Frente – Rua Capitão Juca Cordeiro
Direito – Regina Luciana Castro de Oliveira
Esquerdo – Maria Isabel de Castro César e João Matozinho Castro
Fundos – Avenida Binário

Área do Imóvel – 346,30 m²
Área a desapropriar (SEM EDIFICAÇÃO) – 151,74 m²

Partindo do ponto 1, localizado no lado esquerdo do terreno de propriedade do sr. Geraldo Alves de Castro com divisa de terreno de propriedade de Maria Isabel de Castro César; Daí deflete a direita 134°53'52'' e segue por 10,18 metros até o ponto 2; Daí deflete a direita 39°37'31'' e segue por 5,02 metros até o ponto 3; Daí deflete a direita em uma curva de raio 89,00 metros e segue nesta curva por 21,12 metros de desenvolvimento até o ponto 4, com a mesma confrontação; Daí deflete a direita e segue por 5,01 metros até o ponto 5; Daí deflete a direita 5°35'21'' e segue por 27,01 metros até o início desta descrição confrontando a esquerda com terreno de Maria Isabel de Castro César fechando assim o perímetro descrito neste memorial."

Art. 2º As áreas de terrenos objeto do presente decreto, pertencentes a Tarcísio Carneiro da Cruz; Maria Luzia Fernandes; Marcelo Rodrigues dos Santos; Michael Santiago Castro Tavares; Francisco Dias Pereira e Geraldo Alves de Castro, conforme memoriais descritivos, serão utilizadas pela Administração Pública para implementação de obras nas encostas instáveis localizadas nas margens da Avenida "BINARIO SANTO ANTÔNIO".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 17 de julho de 2013.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

JULIANO RESENDE CUNHA
Procurador Geral interino

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

LEI N.º 3.289, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I- orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- II- disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- III- disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- IV- equilíbrio entre receitas e despesas;
- V- critérios e formas de limitação de empenho;
- VI- normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII- condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VIII- autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- IX- parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X- definição de critérios para início de novos projetos;
- XI- definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII- incentivo à participação popular;
- XIII- as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Excepcionalmente, por ser o primeiro ano de um mandato, considerando que o Plano Plurianual será elaborado até 31 de agosto de 2013, o anexo de metas e prioridades será apresentado no mesmo período, como uma lei aditiva a esta lei.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017.

Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no Departamento de Contabilidade.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I- texto da lei;
- II- documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III- quadros orçamentários consolidados;
- IV- anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V- demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2014 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2013, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Diretoria de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2013 os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão à Diretoria de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2013, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2014, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2014, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2014 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2014 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2014 com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I- edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução dos sistemas de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II- edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III- edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV- aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária, incluindo a inscrição do contribuinte inadimplente na dívida ativa e, se for o caso a conseqüente execução fiscal.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I- atualização da planta genérica de valores do Município;

II- revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III- revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV- revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V- revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI- instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII- revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII- revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX- instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X- a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se vier acompanhado das comprovações exigidas no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2014 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2014 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2014 a 2016, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I- para elevação das receitas:

- a) a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa;

II- para redução das despesas:

a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2014, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se da limitação prevista no *caput* deste artigo:

- I- as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II- as despesas com benefícios previdenciários;
- III- as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV- as despesas com PASEP;
- V- as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI- as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A Lei orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuam para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa de finalidade semelhante à gestão das Ações Administrativas.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

- I- às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II- às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III- às entidades que tenham sido declaradas por lei como utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento no município, emitida no exercício de 2014 subscrita por no mínimo, uma autoridade local, comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria e o respectivo plano de trabalho.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I- de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, profissionalismo, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente e de qualificação profissional, visando inserir no mercado de trabalho, proporcionando geração de emprego e renda;

II- associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Diretoria de Planejamento e Orçamento, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, os seguintes demonstrativos:

I- as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II- a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000; e

III- o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o *caput* deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I- estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2014-2017 e com as normas desta Lei;

II- as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III- estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV- os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2014, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2013.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2014, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I- elaboração do Plano Plurianual;

II- elaboração da proposta orçamentária de 2014, mediante regular processo de consulta;

III- avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 43. Em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, o Poder Executivo poderá, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, mediante decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2014 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2014 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 45. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica não prevista na Lei Orçamentária Anual, oriundos de convênios e doações, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, bem como o excesso de arrecadação apurado ou os saldos financeiros de exercícios anteriores.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, dentro do prazo regimental para apresentação de emendas reservado à respectiva proposição, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I- pessoal e encargos sociais;

II- benefícios previdenciários;

III- amortização, juros e encargos da dívida;

IV- PIS-PASEP;

V- demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;

VI- outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2014 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I- Anexo de Metas Fiscais;

II- Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 18 de julho de 2013.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

PORTARIA N.º PMC/519, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Designa servidor que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem o art. 89, inciso I, Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei n.º 2.960, de 7 de maio de 2010 e,

CONSIDERANDO Ofício nº. FUMCULT/062/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor efetivo estável Dener Alexandre Pereira, Chefe de Departamento Administrativo Financeiro, matrícula 402, para exercer interinamente e cumulativamente o cargo em comissão de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas - FUMCULT – símbolo FCO-01, durante as férias regulamentares da titular Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira, no período de 29 de julho a 17 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 17 de julho de 2013.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

PORTARIA Nº PMC/520, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Declara vacância de cargo em decorrência de aposentadoria que menciona.

O PREFEITO DE CONGONHAS, usando das atribuições que lhe conferem a alínea “a”, do inciso II, do art. 31, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as razões motivadoras do presente ato administrativo, a seguir alinhadas:

I - o que dispõe a Emenda Constitucional n.º 20/98, o inciso III, do art. 45, da Lei Municipal n.º 1.892/93; e

II - a aposentadoria do servidor concedida pela Portaria n.º PREVCON/036, de 8 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo efetivo estável de Médico, ocupado pelo ex-servidor, Fernando Augusto Santos - matrícula 029, em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição, pela Previdência do Município de Congonhas – PREVCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 18 de julho de 2013.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO
Prefeito de Congonhas

EXPEDIENTE

ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

ÓRGÃO GESTOR:

Secretaria Municipal de Administração

ÓRGÃOS PUBLICADORES:

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Governo

Câmara Municipal de Congonhas

FUMCULT

PREVCON